

OS PARADIGMAS ECONÔMICOS DA MOLDURA FAMILIAR CONTEMPORÂNEA

Fernando Curi Peres

Sumário:

O trabalho endereça o problema da sociedade moderna querer manter no campo uma quantidade maior de famílias do que as forças de mercado estão indicando. Indica as razões naturais para a migração rural-urbana e mostra como no Brasil o fenômeno foi agravado pelo processo de extração de recursos da agricultura para financiar e tripular as cidades e seu processo de industrialização.

Mostra que, para justificar a extração dos recursos humanos e financeiros da agricultura, a sociedade brasileira desenvolveu valores hostis à vida rural ou à atividade rural. Conclui mostrando que se quisermos manter nos campos uma percentagem maior de famílias precisamos recuperar sua auto-estima e oferecer-lhes condições de ter um mínimo de perspectivas de dignidade com núcleos familiares estáveis e refletindo as aspirações culturais e religiosas de seus membros.

Introdução

A sociedade brasileira seguidamente tem se manifestado no sentido de pretender manter fixada no campo, a maior parte das famílias que ali vivem e que dali se originam, exatamente para evitar as conseqüências nefastas que podem advir da continuação de uma migração desordenada de pessoas não preparadas para as exigências atuais da vida urbana, com o aumento geral da insegurança nas áreas metropolitanas e nas cidades médias. A literatura fala muito em expulsão do homem do campo, sugerindo subliminarmente ou, às vezes, explicitamente, que forças próprias da agricultura atuam no sentido de expulsar as famílias das suas atividades econômicas. É verdade que existe uma tendência de longo prazo na agricultura de produzir, através da incorporação de novas tecnologias, cada vez mais por pessoa ocupada. Este aumento na produtividade do trabalho faz, necessariamente, que a produção para o abastecimento dos mercados internos de fibras, alimentos e, mais recentemente, de energia, possa ser conseguido com frações cada vez menores da força de trabalho da economia. Além do estímulo à migração, no caso do Brasil, a clara opção política que fizemos no sentido de acelerar a industrialização/urbanização do país deixou seqüelas no nosso estilo de vida rural.

A forma de justificar a extração dos recursos humanos e financeiros da agricultura para financiar e tripular a urbanização/industrialização foi o desenvolvimento de valores hostis à vida rural na sociedade. Conseqüentemente, problemas de auto-estima estão presentes nas populações rurais.

Além de todas as razões negativas da migração acelerada - associadas, sem dúvida, à insuficiente auto-estima das famílias rurais do país - forças de diversas ordens, tais como as de origem econômica, educacional e de seguridade social, historicamente trabalharam, e algumas ainda trabalham, no sentido de estimular a indesejada migração. Esses processos históricos precisam ser entendidos e alguns valores sociais modificados se quisermos manter no campo, por mais tempo, uma fração da população que, de outra forma, tenderá a continuar no processo de migração ameaçando a segurança em nossas cidades e reduzindo a sua qualidade de vida. A perspectiva de realização pessoal, de uma vida rural com dignidade, com o núcleo familiar estável e refletindo as aspirações culturais e religiosas de seus membros só será conseguida se a sociedade mudar seus valores no sentido de eliminar as hostilidades ao setor que foram construídos ao longo de muitas décadas.

A origem dos valores sociais hostis à agricultura

A década dos anos vinte do século XX pode ser identificada com o período no qual amadureceu na sociedade brasileira a visão que orientou as políticas de urbanização/industrialização que caracterizaram nosso modelo de desenvolvimento até o final do século. A Semana de Arte Moderna de 1922 e a Coluna Prestes foram precursores do chamado Movimento Tenentista. O tenentismo, cujas bandeiras foram apropriadas e/ou implementadas por Getúlio Vargas, deu os

rumos para o modelo de desenvolvimento seguido pela sociedade brasileira até recentemente: (i) o voto universal - que incorporaria as mulheres no processo democrático - (ii) o moralismo no trato da coisa pública, (iii) a urbanização e industrialização, além do (iv) forte espírito nacionalista que marcou o Getulismo/Tenentismo. O movimento foi vitorioso na Revolução de 1930 e reforçado em 1932. Vargas tratou de implantar as bandeiras tenentistas e conseguiu resultados espetaculares em algumas delas, especialmente na urbanização e industrialização do país.

Em 1930 o Brasil era fundamentalmente uma economia agrícola, com cerca de 60% do PIB sendo gerado no setor primário (Cardoso, 1991). Este setor tinha então mais de 70% da população ativa do país. O setor secundário ou industrial tinha menos de 10% da população ativa (Baer, 1966 e Buescu, 1985). Como promover a urbanização e industrialização de um país tipicamente rural como era o nosso? A urbanização/industrialização precisava de recursos humanos e financeiros. Estes poderiam vir de duas fontes: do exterior ou da agricultura - o setor primário da economia. A característica nacionalista do Tenentismo/Getulismo não permitia a vinda de capital estrangeiro para pagar pelos investimentos da industrialização. Os investimentos com capital estrangeiro eram percebidos pelos nacionalistas de então como alienadores da nossa soberania. Portanto, os recursos para a industrialização/urbanização teriam que vir da agricultura.

A inflação, processo perverso de concentração de renda, já era uma tradição secular na economia brasileira na década dos trinta e nossos mercados de capitais eram pouco desenvolvidos. A transferência de poupanças via mercado entre os setores era, conseqüentemente, dificultada. Como mecanismos de mercado não podiam ser utilizados para canalizar as poupanças, ou os excedentes, do setor primário para financiar a industrialização, os recursos foram extraídos - ou expropriados - através de políticas específicas. Por economia de espaço mostraremos somente algumas dessas políticas neste trabalho. Mostraremos três políticas econômicas que foram usadas para extrair recursos financeiros do campo para financiar a indústria ou as cidades. Podemos chamá-las as "políticas dos três ts". As políticas de seguridade social e educacional, por sua vez, impulsionaram a migração das populações rurais no sentido de sua urbanização.

A taxação das exportações foi uma importante política de extração de recursos monetários do campo para financiar a industrialização. À época, toda a pauta de exportação do país era formada por produtos primários. Com a taxação das exportações retiravam-se recursos do setor rural que eram transferidos, inicialmente à CREAL do Banco do Brasil e, posteriormente, ao BNDE (hoje BNDES), órgãos do governo que se encarregavam de empresta-los aos industriais a preços altamente favorecidos, já que a correção monetária só foi instituída com a reforma bancária de 1967. Embora já utilizada há mais tempo, a política de taxação das exportações não foi a mais importante forma de extração dos recursos da agricultura.

O uso de taxas de câmbio que supervalorizavam a moeda local - o Mil Reis e, depois, o Cruzeiro e o Cruzeiro Novo - foi a forma mais importante de expropriar recursos da agricultura para financiar a industrialização. Estudos rigorosos, como os de Veiga (1991) e de Oliveira (1984) mostram que volumes muito grandes de recursos foram retirados do setor rural para aquela finalidade usando o câmbio sub-valorizado como instrumento. No período, especialmente entre 1946 e o início dos anos sessenta, a taxa de câmbio oficial com relação ao dólar dos Estados Unidos foi mantida fixa embora as taxas inflacionárias da economia brasileira fossem, eventualmente, altas. O governo permitia o uso de leilões especiais onde industriais podiam comprar dólares a preços vantajosos tanto para pagar por insumos necessários ao processo produtivo quanto para pagar investimentos em novas plantas industriais. É fácil imaginar como o elevado grau de arbitrariedade do processo, bem como o enorme poder de distribuir benefícios por parte de determinados setores do governo (Campos, 1994), deve ter dificultado a manutenção de um mínimo de moralidade no trato da coisa pública, outra bandeira do tenentismo.

Uma outra forma de extrair recursos da agricultura para financiar a industrialização foi através do uso dos tabelamentos de preços. Quando os trabalhadores da indústria de transformação ameaçavam fazer greve por melhores salários - o que correspondia, muitas vezes, à simples reposição do seu poder de compra - os representantes do executivo federal pediam aos líderes sindicais que aceitassem os valores que as indústrias podiam lhes pagar e, em compensação, o governo tabelaria os preços dos alimentos, de forma que aqueles valores se tornariam suficientes para que alimentassem suas famílias. Ora, se a indústria não podia pagar-lhes o

salário adequado, ele seria transformado em suficiente pelo tabelamento dos preços dos alimentos, principal item nos gastos das famílias dos trabalhadores industriais de então. Se a indústria não "podia" pagar, os recursos eram extraídos da agricultura através do tabelamento de, praticamente, "todos" os produtos necessários à alimentação das famílias urbanas. As três políticas econômicas mencionadas, especialmente a do uso de taxas de câmbio supervalorizadas, extraíram recursos financeiros de todo o setor rural do país para financiar a industrialização. Algumas outras políticas foram desenhadas e implementadas e tiveram importantes efeitos no estímulo à extração de recursos humanos da agricultura.

A política de seguridade social do país começou, de fato, com a criação dos IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensão - das diversas categorias de trabalhadores urbanos da economia. O primeiro deles, o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM) foi criado em 1933. Até o início dos anos quarenta, 15 outros institutos foram criados - dos industriários (IAPI), dos bancários (IAPB), dos comerciários (IAPC), etc - todos destinados a prover aposentadoria, assistência à saúde e assistência habitacional aos trabalhadores urbanos da economia. Só no início dos anos 70, de fato só em 1973, começaram a ser estendidos aos trabalhadores rurais alguns benefícios disponíveis aos trabalhadores urbanos desde os anos trinta. Os trabalhadores rurais começaram a ter $\frac{1}{2}$ salário mínimo de aposentadoria e alguma assistência médica. Só a partir da constituinte de 1988 é que os trabalhadores rurais começaram a ter um salário mínimo de aposentadoria. Devem ter sido muito grandes os incentivos que esta defasagem nos benefícios proporcionou à migração das populações rurais.

Talvez a única política capaz de estimular mais do que a política de seguridade social a migração das populações rurais para as cidades tenha sido a política educacional pública para as populações do campo. O país construiu, desde os anos trinta até os sessenta, um sistema público de educação primária e secundária considerado bom em termos qualitativos embora sua abrangência possa ser considerada limitada em certas áreas. O sistema era considerado bom nas áreas urbanas. Nas áreas rurais ele sempre foi de muito baixa qualidade.

No período, um novo professor que quisesse fazer carreira no magistério público precisava passar algum tempo como professor em escolas rurais, até completar o número necessário de pontos para lhe garantir vaga na escola urbana. Assim, as escolas rurais tiveram sempre "trainees" tripulando seus quadros de professores. Ora, com valores de vida urbanos e sendo honestos com seus alunos, estes professores só poderiam comunicar a seus estudantes das áreas rurais valores sociais urbanos. Não há, na verdade, como pretender que um professor - ele mesmo só esperando a sua própria oportunidade de trabalhar no meio urbano - pudesse comunicar a seus estudantes valores que estimulassem uma realização social e profissional digna no meio rural. Some-se a isto o fato das escolas rurais usarem prédios e instalações em geral muito pobres quando comparadas às urbanas - as bibliotecas, facilidades esportivas, ou qualquer tipo de laboratório eram, e ainda são, praticamente, desconhecidos em escolas públicas rurais. Um outro diferencial importante está na irrelevância do currículo para os alunos da área rural, já que os programas eram comuns e desenhados para os jovens de áreas metropolitanas ou de cidades médias. Finalmente, é preciso mencionar o fato de que era extremamente comum em escolas rurais o fato de um só professor servir, simultaneamente, alunos de diversas classes do curso básico (as chamadas classes multisseriadas).

De um lado, as atividades da agropecuária eram penalizadas pelas políticas econômicas de extração de recursos financeiros; de outro, as políticas de seguridade social e educacional acenavam às famílias para migrarem para as áreas urbanas e oferecerem acesso a seus familiares a melhor educação, serviços de saúde, e serviços habitacionais que, só depois de quarenta anos, começariam a ser oferecidos às famílias rurais. Ora, o que essas famílias deveriam fazer? Sua quase única alternativa razoável era a migração para as cidades. Foi exatamente isto que fizeram de forma impressionante em sua velocidade. A migração rural-urbana no Brasil, como resposta às políticas especialmente desenhadas para promover-la, transformou o país numa sociedade urbanizada. No início dos anos 80, o PIB da agricultura já representava menos de 10% da renda nacional. Nesta época, menos de 30% da população vivia no e do campo. O Getulismo/tenentismo conseguiu uma de suas maiores façanhas no estímulo à urbanização e industrialização da nossa sociedade.

No período que vai dos trinta até o início dos oitenta, especialmente nos cinquenta e sessenta, aconteceram alguns problemas de abastecimento que tiveram que ser enfrentados pelas autoridades competentes. Os desabastecimentos ocorreram porque o setor em geral estava sendo severamente penalizado com a extração tanto de seus recursos humanos quanto

financeiros. Os governos responderam com políticas de estímulo à expansão das áreas agricultáveis - o Plano de Metas do governo JK foi um caso típico - ou com políticas destinadas a aumentar a produtividade da terra e do trabalho. As políticas de preços mínimos, favorecendo especialmente a comercialização da produção rural e, acima de tudo, a política de crédito rural a preços baixos - subsidiado - foi estendida a agricultores que apresentavam boa capacidade empresarial. Estas políticas, que favoreceram uma pequena parte dos agricultores, permitiu o desenvolvimento de uma agricultura mais capitalizada que foi capaz de absorver modernas tecnologias. Assim, o setor ficou dicotomizado: de um lado uma imensa pobreza, resultado da extração dos recursos humanos e financeiros do setor que durou, pelo menos, quatro décadas; de outro lado, um grupo de agricultores com mais alta capacidade empresarial que foi capaz de usar os estímulos do crédito subsidiado e de outras políticas - pesquisa agropecuária, extensão rural, preços mínimos, etc - e criar um setor altamente competitivo com uma agricultura pujante e capaz de enfrentar a concorrência de setores primários de países mais desenvolvidos.

A pergunta que se segue à constatação que os recursos humanos e financeiros foram extraídos, de forma violenta, é: como foi possível penalizar um setor tão importante da economia durante tanto tempo? Nossa hipótese é de que a sociedade desenvolveu "valores sociais" hostis à agricultura como forma de justificar a expropriação de importantes recursos do setor. Estes valores hostis continuam até hoje a ser ensinados a nossos filhos nas escolas e permeiam materiais divulgados nas diversas formas da mídia. Valores que dizem que (i) os agricultores (fazendeiros) são atrasados e querem manter o atraso no campo para melhor explorar seus trabalhadores; (ii) os agricultores (fazendeiros) são exploradores dos trabalhadores urbanos de quem cobram preços altos por seus produtos; (iii) os fazendeiros são caloteiros que não pagam suas dívidas; (iv) são latifundiários que tem na terra um bem para especulação, desviando-a de seu sentido social de produção; e (v) a posse da terra é a responsável pela nossa distribuição perversa da renda. Ora, com a população acreditando nesses valores estava justificado extrair, ou expropriar, os recursos do campo. Seqüelas importantes, no entanto, continuam a existir na nossa sociedade, com origem nestes valores anti-rurais.

Nossa sociedade acredita que desenvolvimento é sinônimo de industrialização. Usando esquemas analíticos altamente doutrinários e sem comprovações baseadas em dados estatísticos confiáveis foram desenvolvidas teorias que imputam à agricultura, especialmente à posse da terra no setor, a origem da perversa distribuição de renda da sociedade brasileira. A tremenda concentração causada por processos violentos de inflação - que penalizam justamente as camadas mais pobres da população - e a extração das rendas dos agricultores são convenientemente esquecidos por aqueles que querem manter os valores hostis da sociedade ao setor. Pior ainda se dá quando certos setores menos competitivos da economia usam do viés anti-rural da nossa sociedade para extrair recursos dos produtores rurais e transferi-los para determinados setores industriais. Alguns casos recentes ilustram esse ponto.

Com o início de abertura comercial do país, ocorrido desde os primeiros anos da década dos noventa, o setor produtor de tecidos começou a ter sérios problemas de competição, especialmente com tecidos vindos de países asiáticos. Algumas plantas industriais foram fechadas e, com a redução do emprego urbano, imediatamente acendeu-se a luz amarela indicando que alguma coisa deveria ser feita para proteger a indústria. Logo foram estabelecidas altas tarifas protetoras contra a importação de tecidos. Não importa que a indústria de tecidos tenha sido protegida por muitas décadas e que fosse, então, pouco competitiva. Empregos urbanos são "nobres" e precisam ser salvos ainda que a agricultura tenha que pagar um preço muito alto. Em outubro de 1995 o Ministério da Fazenda publicou uma extensa lista de produtos que tinham tido suas tarifas de importação fixadas em 10%. Uma das poucas exceções foi a importação do algodão que teve sua tarifa zerada para reduzir os custos de importação da indústria de tecidos. Pior que deixar o algodão importado entrar no país sem pagar tarifa foi a autorização da importação do produto financiado com prazos superiores a um ano e com taxas de juros do mercado internacional (então de 6 a 8% ao ano) quando as taxas de juros reais no Brasil eram superiores a 50% ao ano. É lógico que o algodão produzido no país não teve comprador e o resultado foi a perda do ganha-pão de centenas de milhares de pequenos e médios agricultores de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Depois de passarmos alguns anos importando algodão, o Brasil é hoje, novamente, um produtor importante dessa fibra. Só que agora a cultura deslocou-se para as áreas de fronteira do cerrado, sendo produzido em grandes áreas e de forma totalmente mecanizada. Alguém pode dizer que isto aconteceria cedo ou tarde já que o algodão é agora produzido de forma mais econômica. Isto pode ser verdade,

mas o custo social do deslocamento abrupto de milhares de pequenos agricultores poderia ter sido minorado se não fosse forçado por políticas protecionistas a determinados setores industriais.

Uma outra política que reflete a clara preferência por valores sociais urbano-industriais, mesmo que isto represente perda injusta para os agricultores, é a política de proteção à indústria de calçados. Há cerca de três anos, o governo impôs um pesado tributo à nossa exportação de couro cru (blue). A alegação é de que precisamos exportar produtos com maior valor agregado. Ora, se o setor calçadista é ineficiente e não consegue competir comprando couro nos preços do mercado internacional, não faz sentido taxar a exportação do couro como forma de forçar uma baixa do preço no mercado interno e favorecer a indústria às custas dos agricultores. Se a sociedade quer exportar produtos de maior valor agregado ela pode ajudar certos setores industriais a se tornarem mais competitivos através de diversas políticas: financiamento para seus investimentos; treinamento da mão-de-obra; investimentos em pesquisas e tecnologia; ou mesmo concedendo subsídios diretos à indústria. O que é absurdo é impor tarifas à exportação para forçar a queda dos preços no mercado interno e, desta forma, transferir rendas da agricultura para os setores industriais. Estas transferências são muito facilitadas pelos valores sociais anti-rurais de nossa população.

Quando os economistas dizem que a agricultura foi a âncora verde do programa de estabilização implantado a partir de meados dos anos noventa (Plano Real), eles estão considerando a enorme transferência de renda dos agricultores para os setores urbanos que aconteceu com a fixação de taxas de câmbio que sobre-valorizavam o Real e que prevaleceram até o início de 1999. Como afirmou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (2003) em entrevista à revista da Bolsa de Mercadorias & Futuros de São Paulo, a taxa de câmbio supervalorizada permitiu diversos setores da indústria se modernizarem já que a importação de novas máquinas e equipamentos foi barateada com o câmbio. De novo, o setor exportador, onde desponta o agronegócio, foi o grande perdedor de rendas. A indústria ganha e o setor rural paga a conta. O padrão é recorrente e, freqüentemente outros setores industriais estão demandando a imposição de taxa de exportações de produtos agrícolas, como pretendeu recentemente a indústria de esmagamento de soja.

Conclusões

O panorama descrito sugere que é preciso que o processo de hostilização à vida rural no país seja revertido se quisermos manter no campo, por mais tempo, uma alta percentagem das famílias que ali trabalham, pelo menos até que as cidades tenham condições adequadas de recepção-las. A perspectiva de realização pessoal no estilo de vida rural com dignidade, com o núcleo familiar estável e refletindo as aspirações culturais e religiosas de seus membros requer, para ser conseguida, que a sociedade mude seus valores no sentido de eliminar as hostilidades ao setor, que foram construídos ao longo de muitas décadas. Além disso o setor rural é o elo fraco nas cadeias agroindustriais conhecidas como o agronegócio ou agribusiness.

Os agricultores formam o elo fraco nas cadeias do agronegócio porque em economias capitalistas os produtos cujos mercados comportam-se como mercados de competição perfeita tem seus lucros tendentes para zero. Mercados perfeitos são aqueles onde o número de produtores é grande e, conseqüentemente, os produtores isolados não conseguem alterar os preços do produto; onde há facilidade de entrada de novos produtores; onde não há ou não existe economias de escala; onde os produtos não são diferenciados ou onde os produtores não têm marcas que identifiquem seus produtos específicos; onde os processos produtivos são conhecidos por todos e não existem patentes ou direitos de propriedade intelectual; e onde os preços são conhecidos por todos os agentes do mercado. A agricultura é, como o leitor já deve ter notado, o setor da economia que mais se parece com o setor produtor de produtos de mercados perfeitos. Por isso seus lucros são baixos e os agricultores formam o elo fraco nas cadeias do agronegócio

Sendo o elo fraco das cadeias do agronegócio, com a conseqüente baixa rentabilidade de seus negócios, e tendo contra eles os valores hostis da sociedade, as famílias rurais têm sempre estímulos para migrar para setores de maior rentabilidade ou para atividades de maior reconhecimento social. Some-se a isto o fato de novas tecnologias estarem, constantemente, empurrando o excedente de trabalho para fora do setor e teremos um quadro de difícil solução para nosso problema de tentar manter no campo uma fração maior de nossa população. Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha as populações que vivem da agricultura já estão abaixo dos 2% da força de trabalho e com tendência a diminuir

ainda mais. No longo prazo, as forças de mercado tendem a empurrar nossa população para índices semelhantes. Se quisermos atrasar esse processo, já que não temos conseguido absorver o excedente populacional que chega às nossas cidades, precisamos reverter nossa atitude para com a atividade rural. Primeiro porque parece que já não há espaço para extrair mais recursos do setor para transferi-lo para as cidades. Segundo, porque se insistirmos neste tipo de política para com a agricultura podemos matar nossa "galinha de ovos de ouro" que tem sido fundamental para manter o crescimento e desenvolvimento de nossa economia.

Referências bibliográficas

Baer, Werner (1966) *A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Buescu, Mircea (1985) *Brasil: Problemas Econômicos e Experiência Histórica* Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.

Campos, Roberto (1994) *A Lanterna na Popa: Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Cardoso, Eliana A. (1991) *Economia Brasileira ao Alcance de Todos* (12ª. Ed.) São Paulo: Editora Brasiliense.

Cardoso, Fernando H. (2003) Entrevista publicada na Resenha BM&F No. 156. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, julho/agosto.

Oliveira, João do C. (1984) "Transferência de Recursos da Agricultura no Brasil: 1950/1974" *Pesquisa e Planejamento Econômico* 14(3): 773-822.

Veiga, Alberto (1991) "Agricultura e processo político: o caso brasileiro" *Revista de Economia e Sociologia Rural* 29(4): 285-334.